

Babel Revisitada

Sam Cyrours

Psicólogo

E era toda a terra de uma só língua, e servia-se das mesmas palavras. E aconteceu que, partindo eles do oriente, encontraram um vale (...) onde se estabeleceram.

Deram-lhe o nome de Babel, porque ali o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra, e dali os dispersou sobre a face de toda ela.

Bíblia (11, 1-9 Génesis)

Milhares de anos depois do relatado no mito de Babel, a humanidade, uma vez mais, encontra, no ocidente, a figura da imigração; saem de onde compartilham as coisas e dirigem-se ao local da confusão: a confusão dos idiomas, dos costumes, das tradições e dos valores.

Países ocidentais como Portugal são cada vez mais como o destino de muitas pessoas que, sozinhas ou em grupos, partem de suas casas buscando algo melhor. São pessoas que têm que se adaptar rapidamente ao novo país e a toda uma nova situação, convertendo-se em parte de colectivos cujo denominador comum é, na ampla maioria das vezes, a desigualdade, a pobreza e, até, a discriminação.

À medida que esse número de imigrantes vai aumentando, o fenómeno vai-se tornando cada vez mais complexo: a mão-de-obra imigrante, mais barata e menos protegida; os seus filhos que não falam o idioma do novo país mas participam de aulas com os nacionais; os pais e as mães que acabam por ter a seu cargo a dupla função de subsistir (muitas vezes nas piores das condições) ao mesmo tempo que tentam aproximar-se de uma população poucas vezes receptiva a eles.

Enfim, uma panóplia de situações que pode ir da discriminação à integração. Mas, para que isso ocorra há vários passos que devem ser dados. Ultrapassada a discriminação e a segregação advogada por alguns, deve-se entender que tolerar não implica aceitar a diferença. Quando vemos chineses isolados em seus grupos falando mandarim ou cantonês, doutores e doutorados oriundos do antigo bloco soviético em trabalho precário, ou crianças de afro-origem sendo logo rotuladas, não restam dúvidas que apesar de tudo o que se faz é tolerar: ainda não são aceites no seio da nossa população! Na medida em que a maior prova de maturidade de um colectivo está na forma como lidam as suas minorias, estamos, neste momento, numa fase bastante precária! Não obstante, apesar do novo meio social no qual nos encontramos e de todas as condicionantes ambientais que nos podem limitar a consciência, “sempre há um certo resíduo de liberdade em suas decisões” (Frankl, 2001, p. 71). Mas a questão que se coloca: liberdade para quê?

Uma vez que não se pode definir o ser humano como livre das condicionantes biológicas, sociais ou culturais, a sua liberdade está no seu poder de decidir a sua vontade, a sua atitude perante tais condicionantes, ou, nas palavras de Campiche et al. (1992), “a verdadeira liberdade” é aquela “que consiste em escolher e organizar o seu próprio destino”. Assim, ao contrário do Sísifo da mitologia grega, o migrante tem a capacidade livre de deixar de empurrar a pedra encosta acima, pois “livre, o homem é-o totalmente, mesmo que nem sempre tenha consciência disso”: “livre para criar o seu próprio destino, agindo sem um guia, movendo-se num mundo absurdo, eis o homem, responsável pelos seus actos perante si próprio e perante a humanidade porque cada uma das suas acções o compromete a si e aos outros” (pp. 31, 38, 39). O ser humano, em tais condições, não pode deixar de assumir a responsabilidade como “nota distintiva” de “sua humanidade” (Guberman e Soto, 2005, p. 122): a sua existência baseia-se no “suposto fundamental de que o homem simplesmente não ‘é’, senão que sempre decide o que será no momento seguinte” (Frankl, 2001, p. 73), fazendo dele o único responsável pela decisão (decisão perante as situações, o que nem sempre é decidir as situações). A vida humana

é, desta forma, uma cadeia ininterrupta de decisões que conduzem, impreterivelmente, o decisor ao sentido de sua vida.

Mas para que como imigrantes possamos alcançar o sentido, necessitamos tornar-nos capazes de estabelecer metas, “definidas internamente”, “diferentes das do ambiente físico” (Simon et al., 1984, p. 38), conseguindo conhecer-nos a nós próprios na presença dos outros que pertencem ao meio. No entanto, para se lograr este objectivo, o meio também precisa criar condições que favoreçam esse crescimento progressivo: é nas relações que o ser humano dá e recebe do meio (valores criacionais e vivenciais de Frankl), chegando-se “à etapa da maturidade (...) quando a relação não significa um meio para um fim, isto é, quando o outro já não se considera como objecto mas como sujeito. Na etapa da maturidade, a relação foi levada a um nível humano: é um encontro” (Frankl, 1982, p. 27).

Um encontro que só é possível quando os naturais do país de chegada também estão dispostos em relacionar-se com os migrantes num meio que é comum a todos. No momento presente, a forma como se lida com o tema imigração baseia-se num modelo de poder no qual existem aqueles que têm e aqueles que não têm o poder (reflectamos: quantos imigrantes fazem parte de órgãos de gestão pública?), num sistema rígido que cria uma forma de opressão, cuja única solução visível é o auto-isolamento. É por isso que muitos acreditam que os imigrantes estão bem, no entanto, só nós, os imigrantes, sabemos se estamos ou não (mas, os detentores de poder não reparam!).

E é por isso que estamos a transitar, quase que automaticamente, para um modelo de prazer: onde todos são iguais, evitando-se ver as diferenças porque se trata do politicamente correcto; as pessoas e as situações são agradáveis e, portanto, não há o que reclamar. Para isso divulga-se, sistematicamente, informação com o ímpeto de comprovar a similitude humana, mas as reacções têm sido evidentes. Proibir a utilização de determinados adereços ou mesmo exigir determinados comportamentos aos grupos migrantes e padronizar-nos de forma semelhante à população nacional é um erro que leva à frustração e, em última instância, ao caos e à revolução. Assim, uns serão a favor da imigração, enquanto outros serão simplesmente contra, sem saber bem porque...

O modelo que devemos almejar é o modelo de crescimento que preconize a unidade na diversidade e a possibilidade de crescimento e de encontro do sentido da vida. Perante este modelo, as diferenças não são toleradas ou simplesmente aceites: senão incentivadas e apreciadas. O seu método estará assente numa consulta livre e independente entre todos, pois as diferenças são as promotoras da criatividade e somente perante a criatividade se pode produzir algo novo e inovador. A nobreza humana é, assim, promovida através do direito à escolha: em conjunto, procura-se, descobre-se e aplica-se a verdade. O sentido da vida torna-se algo mais realista, pois nos envolvemos em actividades conjuntas, produzindo algo que consideramos útil e todos nós, nacionais e imigrantes, percebemos que não somos um mero conjunto de pessoas, mas indivíduos com diferentes capacidades e visões, baseados nas nossas diferenças étnicas, culturais, geográficas, idiomáticas, sociais e também individuais.

Bibliografia

- Campiche, C., Hippolyte, J. C. & Hipólito, J. (1992). *A comunidade como centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
 Frankl, V. (2001). *Psicoterapia y existencialismo – Escritos selectos sobre la logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder.
 Frankl, V. E. (1982). *La voluntad del sentido – Conferencias escogidas sobre logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder (4ª edição em espanhol: 2002).
 Guberman, M., & Soto, E. P. (2005). *Diccionario de logoterapia*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen Hvmnitas.
 Simon, F. B., Stierlin, H., & Lewis, L. C. (1984). *Vocabulário de Terapia Familiar*. Barcelona: Gedisa Editorial (2ª reimpressão em espanhol: 2002).